

SÉRIE ANTROPOLOGIA
ISSN 1980-9867

428
UMA CRÍTICA À NOÇÃO DE DESPERDÍCIO:
SOBRE OS USOS DA ÁGUA NOS BANHEIROS PÚBLICOS

Carla Costa Teixeira
Cristina Dias
Brasília, 2009

Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Brasília
2009

Série Antropologia é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa a divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

ISSN Formato Impresso: 1980-9859

ISSN Formato Eletrônico: 1980-9867

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

Série Antropologia Vol. 428, Brasília: DAN/UnB, 2009.



Universidade de Brasília

Reitor: José Geraldo de Souza Jr.

Diretor do Instituto de Ciências Sociais: Gustavo Lins Ribeiro

Chefe do Departamento de Antropologia: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia: José Antônio Vieira Pimenta

Coordenadora da Graduação em Antropologia: Marcela Stockler Coelho de Souza

Conselho Editorial:

Lia Zanotta Machado

José Antônio Vieira Pimenta

Marcela Stockler Coelho de Souza

Editora Assistente:

Marcela Stockler Coelho de Souza

Editores Impressa e Eletrônica:

Cristiane Costa Romão

EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site www.unb.br/ics/dan.

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:
Lia Zanotta Machado

SUMÁRIO

Título: Uma crítica à noção de desperdício: sobre os usos da água nos banheiros públicos

Resumo: Nesse artigo apresentamos um mapeamento sobre os usos e percepções da água nos banheiros da Universidade de Brasília. Através de uma perspectiva interdisciplinar, nosso trabalho envolveu um estudo etnográfico da relação entre os usuários e o espaço dos banheiros de acesso público aliado a uma avaliação de sua infra-estrutura em três partes do campus: o Instituto Central de Ciências (ICC), a Faculdade de Tecnologia (FT) e o Restaurante Universitário (RU). Além disso, realizamos uma pesquisa de opinião entre os usuários. Nosso ponto de partida era compreender possíveis problemas relacionados ao “mau uso” das instalações dos banheiros como, por exemplo, o desperdício de água. Ao perceber as qualidades do espaço do banheiro como detonador de importantes tensões na relação entre público e privado, vimos que a água assumia um papel de mediação nesse contexto. Assim, o senso comum em torno da idéia de desperdício do bem público cedeu lugar a uma qualificação cautelosa do espaço do banheiro embasada nas experiências cotidianas dos usuários. Buscamos destacar as orientações de conduta observadas entre os usuários e suas antecipações de sujeira, nojo e desconsideração relacionados ao uso e percepção da água nos banheiros. O sentido da confiança para a discussão da individualidade do sujeito moderno e sua interface com as noções de corpo e corporalidade completam o referencial teórico de análise dos dados da pesquisa.

Palavras-chave: relações público/privado, antropologia da saúde, água, corpo

Title: A critique of the notion of waste: on the uses of water in public bathrooms

Abstract: In this article we bring up a mapping of the use and perception of the water in public toilets in the University of Brasília. Through an interdisciplinary view, our work involved an ethnographic study on the relation between the users and the toilets space combined with a evaluation on its infrastructural conditions in three areas of the campus: the Central Institute of Sciences (ICC), the Technology College (FT) and the University Restaurant (RU). We also carried out an opinion survey among users. Our starting point was to understand possible problems related to toilet facilities “bad use”, such as water waste. However, a detailed view over the toilets space leads us to consider important tensions involving public and private notions. Water became an element of mediation in this context. Thus, the common sense that relates wastefulness to public space was replaced by a carefully classification of this space given by day-to-day users experiences. We seek to emphasize the user’s conduct orientations and their own anticipations of dirty, disgust and inconsideration related to the use and perception of the water. The sense of trust for a discussion on the individuality of the modern subject and its interface with the notions of body and corporality complete the theoretical reference of this analysis.

Key words: public/private relations, anthropology of health, water, body.

Uma crítica à noção de desperdício: sobre os usos da água nos banheiros

Carla Costa Teixeira
DAN/Universidade de Brasília

Cristina Dias
PPGAS/Universidade de Brasília

Introdução

O presente artigo teve como ponto de partida uma pesquisa realizada no âmbito da Universidade de Brasília, entre 2006 e 2007, sobre os usos e percepções da água no campus. Esta pesquisa foi concebida a partir de uma abordagem interdisciplinar e que buscou situar cada uma das metodologias utilizadas como etapas complementares. Na primeira etapa, fizemos uma avaliação da infra-estrutura de todos os banheiros do Instituto Central de Ciências (ICC), Faculdade de Tecnologia (FT) e Restaurante Universitário (RU)¹. Apesar de haver outras situações em que se utiliza água no campus, previstas inclusive no projeto inicial, os banheiros ganharam relativa importância, pois são primordiais a todos os frequentadores da universidade, se configuraram como espaços de fácil delimitação à observação e que poderiam, em tese, apresentar-nos um quadro bastante significativo sobre o uso da água no campus. Assim, efetuamos em seguida, na segunda etapa, uma observação diária dos banheiros em torno dos questionamentos sobre como a água era usada pelos seus frequentadores e nesse ponto vimos que a experiência de uso dos banheiros nos conduziu a uma reflexão bem mais ampla e complexa sobre a relação com o espaço público e com o corpo (de si e de outrem). Numa terceira e última etapa, foram distribuídos questionários auto-aplicáveis entre estudantes e professores com o objetivo de mapear algumas idéias e opiniões

¹ Após discussões com os membros da Comissão nomeada pela Reitoria na Resolução 002/2006, foram selecionados dois espaços dentro do campus para o levantamento de dados primários: (1) o Instituto Central de Ciências (por sua importância no perfil de consumo de água no campus e pela diversidade da composição do corpo discente que abriga); e (2) a Faculdade de Tecnologia (pela facilidade de controle para instalação de equipamentos e monitoramento de uso). Contudo, a consideração a cerca da especificidade do uso dos banheiros do Restaurante Universitário levou posteriormente a sua inclusão.

acerca das condições de uso, limpeza e qualidade dos banheiros, a fim de termos em perspectiva os próprios critérios que utilizamos ao definir padrões de qualidade na etapa de avaliação da infra-estrutura.

Mais precisamente, nossa orientação esteve pautada na investigação dos espaços dos banheiros com o propósito de compreender o modo como a água era usada nesses espaços e se, eventualmente, haveria algum tipo de comportamento que pudesse ser classificado como “desperdício”. O consumo da água, portanto, era um foco necessário ao objetivo da pesquisa, constituindo-se, no nosso entender, em um mapeamento das formas de uso, indispensável a qualquer planejamento e iniciativa da universidade na tentativa de reduzir gastos com as contas de água.

Assim, ao longo do artigo, será possível visualizar a problemática que está envolvida no pressuposto, facilmente generalizável, da água como objeto de consumo. Não apenas por causa de seus significados diversos no interior da relação dos usuários com o espaço público desses banheiros, mas também pelos diversos sentidos e valores da água como elemento que agrega e ameaça, ao mesmo tempo. A iniciativa desse trabalho, portanto, partiu dos anseios em compreender o uso que se fazia da água não apenas como “objeto” de consumo, mas como elemento interativo, cujas propriedades relacionais atuam nas relações, articulando modos de agir, formas de pensar e entender, concepções de público e privado, de nojo, sujo e limpo. A transversalidade de temas que se entrecruzaram, ao buscarmos um mapeamento das formas de uso, nos levou a perceber o quanto um trabalho sobre a água obedece a uma dinâmica particular dos sentidos construídos². Almejando dar visibilidade a esses diferentes sentidos, nossa opção de trabalho conjunto e multidisciplinar nos pareceu ideal e permitiu incluir uma abrangência de formas de compreensão que fosse adequada ao desafio de escrever e pensar sobre a água.

Desse modo, nossa proposta de trabalho, ao lidar com uma situação de pesquisa que apresentava múltiplos aspectos operacionais, foi a de não isolar elementos de análise técnicos e humanos, pois tanto as instalações quanto as formas de uso precisavam ser investigadas mais a fundo. Propomos-nos, então, a montar um grupo de

² Em um artigo publicado recentemente, o antropólogo Jean-Yves Durand (2003) ressalta a importância dessa abordagem. O autor propõe uma discussão sobre os vários sentidos conferidos à água, através de algumas significativas alterações e reapropriações porque passou o estatuto da água no interior das relações humanas, tanto nos contextos social, econômico, cultural e técnico, promovendo, assim, uma reorganização da própria forma de pensar a água enquanto objeto de estudo. Este último ponto será fundamental ao nosso argumento central no presente artigo.

pesquisa composto por engenheiros civis e antropólogos, cuja abordagem interdisciplinar permitisse situar cada uma das três metodologias utilizadas como etapas complementares. A quantidade de dados e informações gerada a cada etapa foi muito além do que poderíamos prever, por essa razão, este artigo tem a intenção de discutir e dar ênfase em alguns dados considerados mais relevantes, não necessariamente abarcando todas as problemáticas surgidas no percurso da pesquisa. A riqueza do próprio processo de produção dos dados, não obstante, estará presente no seio da discussão metodológica que se constituiu como um desafio do trabalho conjunto dos pesquisadores.

A idéia fundamental era compreender o problema da gestão e uso da água como uma situação que apresenta múltiplas facetas, cada uma com aspectos indispensáveis para a reflexão sobre a realidade cotidiana de uso da água nos banheiros de acesso geral da universidade. A ênfase nas experiências cotidianas tem como base o pensamento, através de uma abordagem de cunho propriamente antropológico, de que a pesquisa com pessoas envolve uma dinâmica diferenciada, na qual não há uma relação de causa e efeito comumente considerada em eventos de natureza ‘objetiva’ e passível, sem grandes perdas, de tradução numérica. Para compreender eventos com pessoas não podemos perder de vista a dimensão totalizante presente em qualquer experiência de nossas vidas. Isto significa que uma questão, como a do uso da água, não pode ser pensada a partir de problemas da funcionalidade das instalações ou das opiniões dos usuários simplesmente. Na experiência das pessoas, existe uma significativa complexidade de razões, idéias, emoções e valores atuando simultaneamente, todas elas possuindo um grau de concretude similar, sejam *evidências materiais ou evidências simbólicas*³. Por isso, a idéia da multiplicidade não é apenas um valor de grandeza, que designa a presença de muitos indivíduos circulando em espaços públicos, ela é uma questão teórico-metodológica que define um olhar específico sobre a realidade investigada.

Em geral, utilizamos o recurso de separar elementos na análise para organizar nossas reflexões em torno de um problema, mas nunca podemos nos esquecer de que essa separação é algo produzido pelo pesquisador, em nossa classificação, e que, portanto, não é inerente ao universo estudado, ainda mais quando sujeito de pesquisa e seus “objetos” partilham da mesma natureza. Ao nos depararmos com essa relação complexa entre o pesquisador e seu objeto de estudo, podemos certamente produzir uma análise que leve essa dinâmica entre parte e todo, sujeito observador e sujeito observado em consideração e, assim, nos tornamos conscientes dos limites da nossa compreensão sobre a realidade social, ao mesmo tempo em que expandimos nossa capacidade de analisá-la.

³ Para uma reflexão sobre as implicações destes dois tipos de evidências no ofício do antropólogo, ver CARDOSO DE OLIVEIRA, 2007.

Este artigo se constitui na tentativa de lançar um olhar que possa reintegrar os vários elementos que compõem a realidade cotidiana do uso da água na UnB, de forma a abarcar o universo de experiências envolvendo a água, tanto no que diz respeito às condições físicas das instalações como às opiniões dos usuários sobre essas mesmas instalações, ao mesmo tempo em que refletimos sobre o cotidiano observado nas experiências das pessoas em usar água, e de usá-la no contexto dos banheiros de acesso geral da UnB. Ao observar as linhas de continuidade e descontinuidade entre as três etapas da pesquisa, buscamos olhar a experiência de uso de forma abrangente e totalizante, tornando fluido e contínuo algo que nas análises se torna, muitas vezes, difuso e desconexo.

Em cumprimento com a proposta inicial e enfatizada em cada uma das etapas – verificação técnica, análise das formas e percepções de uso da água e opinião de professores e alunos -, a relação de complementaridade de informações e dados nos possibilita pensar a realidade do uso da água na universidade de forma dinâmica e aberta, na expectativa de que as idéias aqui apresentadas sejam tanto elucidativas e propositivas, como questionadoras.

A água, o espaço público e os usuários

Ao analisarmos as informações referentes à etapa de verificação das condições técnicas das instalações, nos deparamos com dados que surpreenderam o senso comum sobre os banheiros da UnB, tanto no que se refere à quantidade quanto a sua qualidade. Um contraste que se mostrou revelador de percepções e usos muitas vezes insuspeitos aos diferentes freqüentadores do campus.

De início há que destacar o grande número de banheiros de uso restrito. Existem 160 banheiros cujo acesso é limitado por algum tipo de trancamento, ou seja, 73% dos 218 banheiros do ICC, FT e RU, concentrados principalmente no subsolo do ICC, só podem ser utilizados por aqueles (em geral professores e funcionários do departamento ou laboratório) que possuem a chave de acesso. Sem a devida qualificação esta informação poderia sugerir apenas mais uma apropriação indevida do bem público que com tanta freqüência é considerada tipificadora de certa brasilidade. Embora esta hipótese tenha se verificado em algumas situações, como no caso de um dos banheiros do CESPE (Centro de Seleção e de Promoção de Eventos) que não pode ser observado

pelo fato de que, segundo nos foi declarado, “a pessoa responsável pela chave do banheiro se encontrava de férias e fora da cidade”, o quadro apresenta uma trama bem mais complexa. Contudo, tal manejo do espaço público quando considerado mais detalhadamente adquiriu outros significados, parecendo revelar uma estratégia de preservação, nem sempre bem sucedida, da qualidade material (equipamentos e manutenção) destes espaços pelo controle de quem pode ou não utilizá-los; e, ao mesmo tempo, uma *diversificação dos usos* que, embora se apresentem como necessários para alguns dos frequentadores do campus, estão além dos previstos nestas instalações - seja por sua transformação em depósito para fins diversos (materiais de limpeza, entulhos, etc.), seja criando condições para práticas higiênicas outras, como banhar-se e lavar roupa, observado em alguns banheiros, como nas duas fotos abaixo, localizadas no ICC:



O mapeamento da qualificação como “uso restrito” de cerca de 2/3 dos banheiros investigados foi fundamental também para o entendimento da relação entre o número de vasos sanitários e lavatórios existentes nas edificações pesquisadas e o exigido pelo Código de Edificações de Brasília que, vista isoladamente, sugeriria a existência de um excesso de lavatórios e sanitários no campus.

Localização	Área de ocupação (m ²)	Quantidade de vasos sanitários		Quantidade de lavatórios	
		<i>real</i>	<i>exigido</i>	<i>real</i>	<i>exigido</i>
ICC	54.034,38	334	226	311	150
FT	12.254,72	61	52	75	34
RU	1.926,85	20	16	19	8

Em termos absolutos, de fato há um número maior do que o exigido no Código, mas há que se considerar quantos são de uso geral, qual a localização destes em relação à circulação dos usuários (41,3% encontram-se no ICC subsolo), sua distribuição por gênero (199 sanitários são de uso masculino e 181 de uso feminino) e condições de uso para se ter uma avaliação acurada da *adequação de banheiros à população da UnB*.

O baixo índice de peças de banheiros, como torneiras, descargas e pias danificadas também foi contra às expectativas iniciais, uma vez que tínhamos a hipótese de que as peças não estariam em boas condições. Ao mesmo tempo, esta avaliação mostrou seus limites: alguns problemas relacionados a variações na pressão da água ao longo do dia tornaram difícil ir além de uma análise pontual, quase fotográfica, de descargas e torneiras, pois elas podiam apresentar avarias ou não em função da hora em que fossem acionadas. Esse primeiro aspecto nos levou a considerar e buscar mapear um feixe de causalidades na origem dos problemas nas instalações. Além disso, ao avaliarmos as *condições materiais do ambiente* como um todo, tivemos que produzir um consenso, construído coletivamente, a respeito da qualificação atribuída a cada item observado: paredes, tetos, pisos, iluminação, lavatórios e sanitários. Assim, as instalações foram fotografadas e para cada item foi proposto um padrão de ótimo, bom, regular e ruim a ser compartilhado pelos pesquisadores em campo. O nosso consenso se baseou, sobretudo, na funcionalidade das peças, isto é, se as torneiras e descargas apresentavam vazamentos ou estavam desreguladas, se os pisos revelavam avarias na colocação, se havia buracos nas paredes, lâmpadas em número suficiente, entre outras. Contudo, vimos não ser este critério o único considerado pelos usuários, tanto nas opiniões dadas nos questionários, quanto nas observações comportamentais feitas pelos pesquisadores. A soma do julgamento dos itens observados e classificados pelos pesquisadores e pelos próprios entrevistados não correspondeu ao juízo de valor atribuído ao conjunto. A relação com os banheiros da UnB guarda muitas conexões com o imaginário social mais amplo que os frequentadores têm em torno de si (subjetividade

e corporalidade) e do espaço público, particularmente quando este espaço é um banheiro⁴.

O importante de considerar, num caso como esse, a multiplicidade de causas para pensar as condições físicas dos banheiros é que ela nos permite ir além de uma mera reflexão funcional que, na verdade, se mostra insuficiente para compreender a realidade. A questão do uso da água envolve tanto sabermos que os problemas de instalações existem em tal proporção, mas que podem depender da hora de uso, entre outras variáveis, e que essa tal proporção responde a um determinado parâmetro que não é excluyente e nem universalmente compartilhado. Para grande parte dos alunos que responderam ao questionário, as condições de limpeza dos banheiros não são adequadas e peças de banheiro, como pisos, torneiras, vasos sanitários e, principalmente, descargas⁵ estão danificados com frequência. Ao refletir sobre esses desencontros entre alguns resultados parciais, percebemos que as incongruências se davam apenas num plano superficial de análise; pois, claramente, os parâmetros por nós elaborados para compor os dados da verificação técnica não eram exatamente os mesmos considerados por estudantes e professores nas opiniões expressas nos questionários.

A exploração das *noções de “sujo” e “limpo”*, como categorias que expressam sentidos construídos a partir das experiências com o espaço e sua ordenação, indicou as trilhas a seguir na compreensão de outros parâmetros necessários para referenciar as situações pesquisadas. Se um vazamento não deixa de ser um problema a ser resolvido, e que também é como tal percebido pelos usuários, as pias e vasos sanitários

⁴ Ver trabalho pioneiro sobre os banheiros da UnB de OSÓRIO, Patrícia. “Qual a lógica de ir ao banheiro e não dar descarga?”. Comportamento e representações sociais no espaço dos banheiros”, Monografia de Graduação, Departamento de Antropologia, 1998.

⁵ Em geral cerca de 1/3 dos estudantes disse encontrar “frequentemente” as peças danificadas. Ainda, 58,6% declararam encontrar “frequentemente” (45,5%) ou “sempre” (13,1%) as descargas danificadas. Este percentual é especialmente elevado se considerarmos que nossa avaliação técnica destes itens concentrou significativos percentuais no padrão “bom” e “ótimo”, exceto no que se refere aos mictórios. No caso específico dos sanitários (ao todo, 407 foram avaliados somando ICC, FT e RU), de fato, percebemos que um grande número deles foi classificado, por nós, no quesito encardido/manchado, chegando a quase metade, 179 (43,9%). No entanto, no que se refere a sanitários quebrados ou inutilizados, o que se viu foi um número bastante reduzido, apenas 5 (1,2%) e um número igualmente pequeno de sanitários com entupimento, 11 (2,7%). Por outro lado, vemos que em nossa classificação técnica há um alto índice de descargas sem a tampa do acionador ou desregulada, sendo 31% e 33% respectivamente a cada caso. Isso pode ter um paralelo com a má avaliação da descarga entre os usuários, reafirmando a forma de classificação do espaço do banheiro como algo que não pode ser isolado em seu aspecto funcional, mas pensada também como o tipo de relação que este problema tem com a forma como as pessoas usam o banheiro e os constrangimentos advindos de sua relação com esse espaço.

encardidos, paredes com manchas e aparentemente sujas, poças de água no chão⁶, mesmo que não apresentem nenhum odor específico, são itens extremamente importantes na orientação da ação cotidiana. Isto é, quando entramos num banheiro público guiamos nossas atitudes por uma gama de valores, concepções e sensações muito mais ampla do que o aspecto funcional e instrumental das peças do banheiro. O horizonte acionado quando se está na posição de usuário é de uma hierarquização imediata dos elementos presentes na avaliação do ambiente em seu conjunto. É como se ao entrar no banheiro o usuário percebesse e avaliasse sensitivamente o todo antes mesmo de se dar conta das partes que o compõem e, com frequência, posteriormente ao ser indagado sobre as partes não as avalie da mesma forma. Por isso mesmo, a etapa de avaliação de infraestrutura foi de extrema importância ao nos mostrar que havia diferenças marcantes na maneira como nós pesquisadores, orientados pelo objetivo de uma vistoria técnica, estávamos classificando o espaço dos banheiros e a maneira como os demais estudantes e professores, na condição de usuários, o estavam fazendo. O conceito de sujo/impuro, então, pensado a partir das contribuições de Mary Douglas (1976), nos indicava dois pontos a serem destacados: primeiro, que a definição de sujo ou impuro é relacional, depende de parâmetros que se definem conforme o contexto específico e o ponto de vista a partir do qual se está observando; e segundo, que a dimensão da experiência em lidar com o sujo está permeada pela idéia do “perigo”, que não parece guardar uma afinidade imediata com as noções epidemiológicas de risco e contágio. Abordar a sujeira desta perspectiva permite compreender o fato das pessoas evitarem sentar nos vasos sanitários (mesmo nos banheiros que julgam ser adequados) e, por vezes, sequer usarem as mãos para levantar a tampa dos vasos preferindo fazê-lo com os pés. Ou, ainda, frequentemente não lavarem as mãos após utilizarem os sanitários e mictórios.

Por isso, antes de atribuir valores definidos às atitudes dos usuários nos banheiros, estivemos atentos a uma gama de conceitos e idéias que conformam a imagem acerca do *espaço público* e da relação delicada entre público e privado, sobretudo, quando tratamos de um ambiente que carrega de forma contundente ambigüidade entre estes dois valores, igualmente importantes e reconhecidos socialmente. Nesse momento, é preciso reconhecer dois níveis de análise relacionados,

⁶ Frequentemente, nos banheiros masculinos, as poças de água no chão e o seu conseqüente enlameamento deveu-se à ausência de papel toalha e a improvisação de secar as mãos balançando-as no ar.

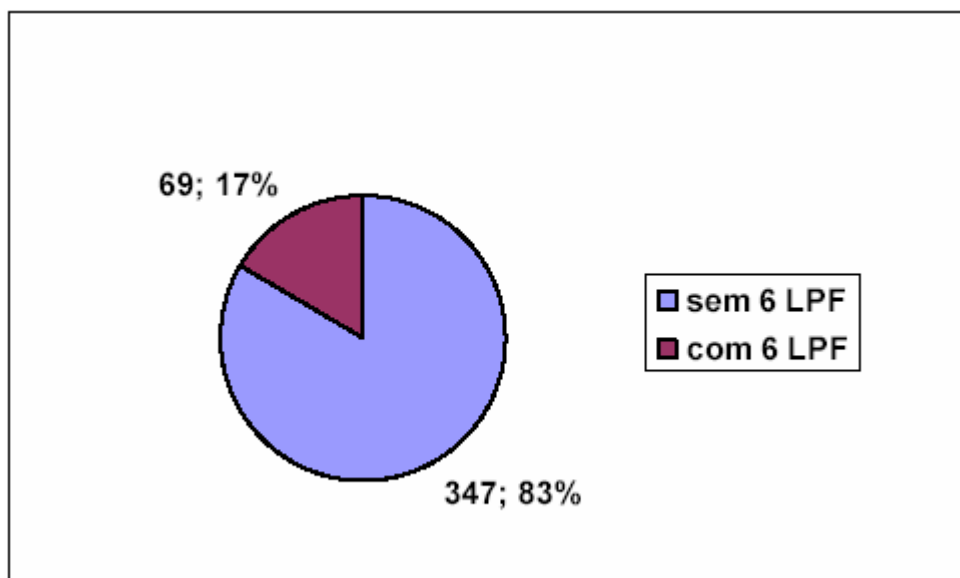
no que concerne à noção de público: (a) o público enquanto *qualidade do lugar*, ou seja, uso geral, comum, no qual as pessoas desconhecem o lugar em si, mesmo que já tenham usado o mesmo banheiro várias vezes; (b) público enquanto *qualidade da relação* da pessoa com o lugar, em que se revela uma tensão permanente entre o lugar e as ações concebidas como íntimas a serem realizadas nesses locais, nos levando a perceber que as ações realizadas nos banheiros públicos devem ser analisadas e discutidas segundo uma perspectiva compreensiva e englobante, em vez de assumirmos previamente uma oposição da figura do usuário da UnB com a de um usuário idealizado a partir de um dever ser “civilizado”. A experiência do banheiro público como um lugar de passagem, relativamente desconhecido, tanto no que se refere aos demais usuários quanto à capacidade de antecipação da condição que se irá encontrar na próxima vez que se for a este espaço, tem grandes implicações para a pesquisa sobre o uso da água, se estivermos atentos à relação entre estes dois aspectos complementares e indissociáveis da idéia de público como adjetivo de um espaço e que é, ao mesmo tempo, substantivo de uma relação entre as pessoas e os espaços. Tentaremos, nesse âmbito, qualificar estas relações e ampliar o escopo de possibilidades para refletir sobre as tensões constitutivas do uso dos banheiros públicos na universidade.

Considerando este horizonte maior, a análise dos danos à estrutura dos banheiros guarda relações com uma *conservação* tanto insuficiente quanto ineficaz deste espaço público, que não se esgota em padrões de funcionalidade dos equipamentos e de desinfecção do ambiente. Por um lado, existem dados oriundos da observação direta dos pesquisadores⁷ indicando que a manutenção efetuada duas vezes por dia nos banheiros da UnB não é suficiente para manter os banheiros adequadamente abastecidos de material de higiene, por outro lado, tornou-se visível ao longo do período de observação que certas tecnologias presentes nos banheiros são ineficazes ao tipo de uso que se faz das instalações nesses espaços e às próprias condições da rede de abastecimento de água da UnB⁸ – enquanto outras tecnologias eficazes e menos dependentes dos usuários encontram-se ausentes⁹ como vemos no seguinte quadro:

⁷ É importante lembrar que não foram observados os banheiros de “uso restrito”, pelas dificuldades de acesso que os pesquisadores tiveram a estes banheiros e pelos constrangimentos que a observação dos comportamentos nestes contextos criaria para pesquisadores e usuários.

⁸ Um bom exemplo desse feixe de causalidades refere-se às torneiras acionadas por pressão. Estas podem ser consideradas adequadas do ponto de vista técnico em razão da economia de água, porque não é necessário fechá-la manualmente. Também, do ponto de vista do usuário, por não requerem um manuseio prolongado para serem acionadas e, assim, corresponderem à evitação do toque e ao sentimento de “nojo”

QUANTIDADE DE SANITÁRIOS 6LPF



Se a orientação que usamos nos banheiros particulares/residenciais tem como principal critério a relação de familiaridade com o ambiente, porque nele podemos intervir, antecipar a relação com o espaço e com seus frequentadores e, talvez por isso, o consideremos um lugar limpo, no banheiro público a lógica se inverte: a princípio todas as peças são sujas e devem ser evitadas e não podemos, a nossa revelia, modificar este ambiente ou sequer cogitamos essa possibilidade, mesmo que indiretamente solicitando da administração universitária o conserto da avaria ou a reposição de material de higiene. Nesse sentido, se agregam dois aspectos muito relevantes para análise de nossas experiências com este espaço público: ao mesmo tempo em que é vivido como próximo, acessível, ele é distante e apartado de nós. A não confiabilidade na administração para cuidar destes espaços se mistura com a não confiança com relação aos outros usuários: 38,4% dos estudantes e 58,6% dos professores entrevistados¹⁰ atribuíram as situações de depredação encontradas no campus à “má administração”, “falta de manutenção adequada”, “falta de recursos e/ou investimentos”, “falta de fiscalização e vigilância”, mas um elevado percentual (34,7% dos estudantes e 27,6% dos professores) também responsabilizou a “má educação, falta de consciência e

despertado. No entanto, tais torneiras apresentam problemas de regulação devido à já mencionada variação de pressão na rede e terminam por gerar desperdício e constrangimentos aos usuários que com frequência molham suas roupas ao não preverem o forte jato que por vezes sai dessas torneiras.

⁹ Dos 416 vasos sanitários vistoriados, 87% deles ainda possuem o modelo 10 LPF (Litros Por Fluxo) e apenas 13% possuem o sistema 6 LPF.

¹⁰ O universo total de entrevistados são: 525 estudantes e 29 professores, sendo a margem de erro da pesquisa de opinião de 4,2%.

cuidado dos usuários”. Ainda, 80,4% dos estudantes declararam não informar aos funcionários quando encontra algo danificado, enquanto entre os professores este percentual é bem menor (apenas 27,6%). Contudo, se mais de 1/3 dos professores (37,9%) disse informar, predominou também a declaração de insatisfação ou desconhecimento com o atendimento prestado após a reclamação: 34,5% disseram que o conserto demorou a ser feito e 48,2% nem sequer souberam responder a esta indagação.

Sejam institucional ou interpessoal o que parece predominar no ambiente do campus são *relações de desconfiança*, sobretudo no espaço dos banheiros públicos por agregarem, ainda, uma ambigüidade entre lugar público, freqüentado por desconhecidos, e a realização de ações privadas, na qual há uma noção de risco implicada. Se, num sentido, o risco latente que orienta e coordena as atitudes dos usuários é pautada pela ausência de confiança interpessoal com os outros usuários, num outro sentido, a construção de uma maior autonomia individual a partir do desenvolvimento de uma relação mais estreita com a administração pode ter impacto construtivo em termos de confiança institucional. Contudo, tal relação só poderá ser dada se, ao construirmos planos de intervenção tecnológica nos atentarmos para as motivações que tornam o espaço do banheiro potencialmente desconfiável, já que não se trata de adaptar as pessoas à tecnologia utilizada, mas sim o contrário. Os usuários dos banheiros não confiam no uso que os demais fazem dos equipamentos evitando manipulá-los, não confiam na administração para gerir e preservar o espaço do campus, não confiam nos funcionários para reparar os problemas encontrados... Num círculo vicioso como o apresentado, portanto, a questão premente é inverter a lógica de atuação, e garantir que as tecnologias planejadas para um espaço como o do banheiro público estejam de acordo com a forma como as pessoas se orientam dentro dele¹¹. Desse modo, abrem-se caminhos para desenvolver mecanismos que atenuem e redimensionem a relação de desconfiança institucional observada na pesquisa.

Tal *ambivalência na atribuição da responsabilidade* à administração (em sentido amplo) e aos próprios usuários se expressa e atualiza nas condutas que ao serem eleitas como formas alternativas de lidar com as limitações de infra-estrutura e manutenção, muitas vezes, contribuem para depredar os banheiros. Assim, na ausência

¹¹ Para uma discussão aprofundada da diferença entre o conceito de confiança institucional e confiança interpessoal no contexto da criação de políticas em estados democráticos, ver FERES JÚNIOR, J. & EISENBERG, J. 2006. “Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança”. Dados. Revista de Ciências Sociais. Vol. 49, n. 3. Rio de Janeiro: IUPERJ.

de um lugar apropriado para apoiar livros, cadernos e mochilas¹², usa-se como apoio pias, suportes de papel, divisórias das cabines, podendo gerar um desgaste mais acelerado das peças por uso inadequado; diante de um sanitário contendo urina ou fezes, não se aciona a descarga e procura-se outra cabine para uso; ao se deparar com a tampa do vaso sanitário suja, utilizam-se os pés para erguê-la e tornar o sanitário “funcional”. O interessante desse processo de compreensão da lógica que permeia a experiência nos banheiros públicos, e que para nós representaria a total inversão da lógica da “falta de consciência do usuário”, é que da mesma forma que os usuários apresentam comportamentos que “depredam as peças”, eles têm atitudes que contribuem, por razões diversas, para a economia de água no campus. Nos relatos colhidos na observação direta feita nos banheiros, era raro e incomum ver usuários com a torneira aberta enquanto escovavam os dentes, por exemplo. Esses registros foram feitos tanto nos banheiros femininos quanto nos masculinos e especial atenção foi dada, nesse caso, ao RU, por seu elevado número de usuários nas horas do almoço e jantar escovando do dentes após a refeição. Nas palavras de nossos pesquisadores de campo:

“Com relação ao uso dos lavatórios não percebi ninguém que deixasse a torneira aberta ao escovar os dentes” (pesquisador Flávio Abdalla – curso de Engenharia Civil e Ambiental).

“Sobre o momento da escovação dos dentes, não notei, como poderia se supor, que há um grande gasto de água. Eu prestei muita atenção em como a torneira era usada, pois no caso do RU, todas são de registro. Pouquíssimas deixavam a água escorrendo enquanto escovavam os dentes. A cena mais típica em minha memória era daquela que enquanto escovava com uma mão, a outra estava apoiada no registro, para acioná-lo no momento que fosse necessário” (pesquisadora Emília Borges – curso de Ciências Sociais).

Portanto, se o espaço público fosse apenas um conceito linear e unidimensional, e que caracterizasse uma relação de “falta de consciência” e “vandalismo”, as pessoas

¹² Foi uma surpresa para os pesquisadores não terem percebido antes, como usuários, tal limitação de infra-estrutura, o que reforçou a hipótese de naturalização da precariedade das instalações dos banheiros e a atitude de improviso que parece predominar entre os usuários.

não apenas danificariam as peças como descuidariam da água, deixando, por exemplo, as torneiras abertas.

O problema é que isso não ocorre, pois a lógica de nossas ações e atitudes nos banheiros públicos parece estar sendo orientada, não pelo descaso com o espaço público, mas pelo sentimento de desconfiança do outro e pela sensação que antecipa o sujo, pois o que sugere pouco zelo pela preservação dos equipamentos, principalmente dos banheiros, deve-se muitas vezes à experiência de “*nojo*” que esses espaços propiciam. Referimo-nos aqui à dimensão simbólica da sujeira que remete à aversão física e à evitação do contato. Se o que é considerado sujo pode levar ao nojo, quando portador de forte fisicalidade, não deve ser entendido de forma naturalizada, como se fosse possível definir de forma absoluta o que é sujo e o que é limpo. O nojo não é um termo que designa uma situação *à priori*, requer ser contextualizado a cada vez que for observado. O desencadeamento de um sentimento de nojo pode ser relacionado, no contexto mais geral deste trabalho, a uma situação em que o usuário se sente repellido em ter algum tipo de contato (tátil ou mesmo visual) com instalações, principalmente os assentos sanitários e as tampas dos assentos, assim como dejetos de outros, e que o leva a uma conduta diferenciada pela *sensação de perigo de contaminação* ou de outras ameaças que tais situações produzem. As pessoas que utilizam os pés para abrir as tampas dos vasos sanitários ou para acionar a descarga são bons exemplos para se compreender em que nível de experiência o nojo aparece imbricado. Nesse sentido, não apenas os objetos produzem nojo, mas principalmente o fato de terem sido manipulados por outros. Desta perspectiva, a sujeira parece ser vista como algo com a qual se tem de lidar e adaptar-se, no sentido de evitar contato com o sujo, ultrapassar a sujeira e utilizar o banheiro. Com frequência, então, adota-se posicionamentos que contribuem para que as condições do banheiro piorem.

Se o nojo parece estar relacionado com a aversão do contato com os fluidos corporais dos outros, é muito freqüente que os usuários não lavem as próprias mãos após usarem o sanitário e o mictório, ou seja, ou os próprios fluidos corporais não são encarados como sujos, ou a aversão a entrar em contato com fluidos alheios no manuseio das torneiras é maior do que conviver com os seus. A sensação de nojo assim remete a uma antecipação negativa dos demais usuários dos banheiros que está, por sua vez, diretamente vinculada com a aparência dos mictórios e sanitários, com a conservação e manutenção das peças dos banheiros e com a forma que os

freqüentadores em geral usam os espaços dos banheiros. Assim, na relação entre esses dois aspectos supracitados do nojo, vemos nos relatos de campo que se a descarga do sanitário quase não é acionada, a dos mictórios é praticamente ignorada. O motivo mais recorrente, nesse caso, é a repulsa que os usuários têm de tocar no acionador¹³.

“Em geral, nos mictórios utiliza-se ainda menos a descarga do que nas cabines de vasos sanitários, embora também nestas o uso seja reduzido.” (pesquisador Pedro MacDowell – curso de Ciências Sociais).

“Nos mictórios de descarga tipo registro, observa-se uma unanimidade nas atitudes, isto é, os usuários não acionam a descarga. Nos mictórios coletivos, o mesmo é observado, até mesmo pelo fato de todos serem de descarga tipo registro. No entanto, por vezes, observa-se que um funcionário, antes da lavagem do banheiro, abre o registro da descarga e deixa, por um longo período (5 a 10min), a água correr.” (pesquisador Matheus Borges – curso de Engenharia Civil e Ambiental).



Mictório coletivo

¹³ Ver trabalho de Oring, E. 1979. “From Uretics to Uremics: a contribution toward the ethnography of peeing”. In Klein, N. Culture cures and contagion: reading for medical social science. Califórnia: Chander and Sharp Publishers. No artigo, o autor apresenta sua etnografia de banheiros públicos masculinos, atentando para a estratégia de ocupação dos mictórios pelos usuários, revelando as imbricações constantes entre fluidos corporais e integridade do sujeito moral. Tal cenário descrito por Oring corrobora muito com a descrição dos relatos de campo sobre a relação tensa e de evitação com os mictórios.

Mas, para compreender essa relação, gostaríamos de sugerir que estas classificações se referem, de forma mais ampla, à construção da *individualidade do sujeito moderno*, manifesta em situações tanto mais formais como mais corriqueiras, incluindo entre essa última, certamente, o uso de banheiros públicos. Trabalhos de sociologia histórica¹⁴, que vêm desenvolvendo teoricamente a noção de indivíduo moderno em sua relação indissociável com nossa idéia de civilização, nos ajudam a compreender como os hábitos construídos em torno de nossos corpos e a observância aos nossos fluidos corporais são fundamentais para conferir a integridade moral de um sujeito que, assim como os limites físicos de seu corpo, é pensado como uma célula independente, cuja existência é simultaneamente física e moral. Reconhecer essa esfera que relaciona o corpo com um tipo de individualidade foi fundamental para dar sentido à relação tensa que temos com o espaço público, sobretudo nos banheiros.

Se o sujo/impuro é uma forma legítima de construir critérios, o nojo é a explicitação mais imediata e corporal dessa reação ao “perigo” representado pelo que é ou está sujo. Desse modo, as duas situações aparentemente contraditórias aqui apresentadas: a ausência de desperdício de água e o desgaste das peças dos banheiros, seja por pouca manutenção ou por “descuido” dos usuários, têm em comum essa relação com um conceito de público como qualidade de uma relação específica entre o usuário com o espaço do banheiro. Segundo os dados colhidos a partir dos questionários de opinião, mesmo nos banheiros considerados em condições de uso, e mais bem avaliados no item limpeza, a maior parte das pessoas dizia não se sentir à vontade para usar o assento sanitário, o que conduz a formas de uso “não normativas” que podem interferir diretamente na manutenção da limpeza das cabines. Esta é uma situação que aponta para essa especificidade da relação com o público, dentro da qual acionamos valores de desconfiança, mais do que de desrespeito. O círculo vicioso que se forma a partir de tal lógica pode ser delineado da seguinte forma: se não há como utilizar as instalações sem correr riscos, e o risco é reproduzido sistematicamente, não há como estabelecer um vínculo particular e individual com esse espaço, nos levando a um paradoxo. Amenizar essa tensão depende de repensar as tecnologias dos banheiros públicos a partir de uma lógica distinta. Por exemplo, formas de individualizar o uso dos mictórios e um abastecimento que supra o real uso de papel são capazes de singularizar o outro

¹⁴ O marco central desta linha de investigação é o trabalho de ELIAS, Norbert. 1994. *O Processo Civilizador I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

mediante essa tensão constitutiva do público como potencialmente desmantelador da imagem do indivíduo.

Como vimos nas etapas de pesquisa de campo e de opinião, embora o mesmo não tenha recebido tanto destaque no resultado da verificação técnica, o banheiro próximo ao Departamento de Economia da universidade, apresenta uma situação excelente para pensar esse paradoxo e a relação do sujo/público como ameaça à individualidade. Apontado de forma contundente como o melhor banheiro da universidade, este lugar recebe o mesmo número de manutenções diárias que todos os outros.

Qual seria, então, a diferença estabelecida na relação com esse espaço? Não sendo necessariamente mais limpo que os demais do ponto de vista material, contudo, ele é percebido e usado de outra forma. Cremos que sua recente reforma gerou importantes mudanças específicas como, por exemplo, maior número de pias, espelhos, iluminação, espaço amplo, piso de granito, paredes sem manchas, peças em geral sem encardidos e/ou manchas, lugar dentro das cabines para pendurar bolsas, elementos que alteram a forma de orientar as atitudes nesse espaço, levando a uma relação de maior confiança. Todos os atributos oferecidos nesse banheiro, conjuntamente, produzem um efeito não visual apenas, mas em termos da experiência: ele permite que as pessoas circulem com mais facilidade, num ambiente “recentemente reformado”, isto é, evoca uma relação estreita entre a administração universitária e o usuário, um cuidar que valoriza não apenas a relação institucional, mas a dimensão individual e singular dos usuários. Se um lugar apresenta espaço pequeno, manchas nas paredes, no piso e nas peças de louça, poças d’água e falta de papel higiênico, configurando assim uma situação de “abandono” do banheiro, pode atuar como um *indicador de desconsideração* com o próprio usuário. Desse modo, sua orientação negativa pode ser levada a um extremo. Além de haver uma relação de nojo potencial no conceito de público como lugar do desconhecido e da não individualização, tratar-se-ia aqui também de um público pejorativo não só no sentido de desconhecido, mas depreciado e depreciativo, capaz de relacionar o indivíduo com a própria imagem de “desconsiderado” que o lugar carrega. As ações, portanto, de não tocar, não se lavar, pisar nos vasos sanitários, entre outras, podem, esta é a nossa hipótese, ser consideradas como atitudes amplamente relacionadas à construção e manutenção do status de indivíduo e sua singularidade. É sobre este perigo, especificamente, que chamamos

atenção quando a questão do nojo aparece ao longo da pesquisa, pois se trata menos de um perigo epidemiológico do que de uma ameaça à própria singularidade do sujeito.

O banheiro, ao mesmo tempo em que é capaz de sintetizar o próprio valor que damos a diferentes dimensões do indivíduo moderno (privacidade, consideração, confiança, pudor, corporalidade etc.), quando se torna um espaço público, coloca os sujeitos numa situação liminar, nas margens entre espaços e temporalidades públicas e privadas, que pode ameaçar sua identidade. Nesse sentido, se o perigo está no outro, ou ainda, nos fluidos corporais do outro, provocando reações de nojo e evitações com as peças dos banheiros, nem todos os “estranhos” provocam essa reação - o que reforça a irredutibilidade do nojo às noções infecto-contagiosas. No banheiro feminino do RU, por exemplo, ao mesmo tempo em que os papéis toalha deixados molhados na bancada das pias são vistos com nojo pelas usuárias, não sendo retirado pelas mesmas, tem-se o costume de utilizar pedaços de papel higiênico separados manualmente pelas funcionárias de limpeza. Ora, se fossemos levar a cabo a relação de nojo com a dimensão epidemiológica da realidade, esse exemplo representaria um paradoxo incompreensível. Podemos entendê-lo, porém, considerando que a bancada é utilizada por muitas pessoas indiferenciadas além de produzir um efeito estético de viscosidade e desordem. No outro caso, a funcionária da limpeza não está inserida da mesma forma nesse esquema do público depreciador, porque é identificada como funcionária de limpeza, possui uma autoridade diferenciada e ordenadora. Talvez, por isso, nós mesmos não tenhamos questionado o uso desse papel higiênico num primeiro momento da pesquisa, pois o paradoxo só é percebido por meio do exercício de estranhamento sobre a propriedade puramente epidemiológica contida nas ações das pessoas.

Desse modo, alguns elementos presentes no banheiro nos chamaram atenção como detonadores desse esquema. A água carrega, portanto, profunda ambigüidade. Por exemplo, as poças de água formadas nos chãos de alguns banheiros são sempre evitadas e tratadas com muita cautela, permeada por forte sentimento de nojo, como vimos no caso de banheiros masculinos, especialmente um deles apelidado pelos usuários, em geral, como “chiqueirão”. A construção de um espaço público, como um banheiro, em que ações consideradas extremamente íntimas e individuais são realizadas, depende de uma conjunção de fatores que devem operar simultaneamente. Assim, para dar outro exemplo, a experiência diferenciada do espaço no banheiro da “economia”, é proporcionada por peças novas, que indicam uma temporalidade mais adequada aos

valores individuais. Além disso, a manutenção constante é capaz de promover grande diferença na percepção e ação dos usuários nos banheiros, como é o caso do banheiro do RU feminino, que apesar de ter aspecto mais antigo, tem um acompanhamento de funcionários de limpeza que conferem uma relação de maior confiança, pois emitem indícios de que há cuidados constantes que amenizam essa “proximidade indevida” com outros e diminuem a sensação de nojo, aumentam a confiança institucional (administração do campus) e, conseqüentemente, as atitudes potencialmente danosas às instalações dos banheiros. Nesse sentido, a questão não está na água em si, mas na sua propriedade de estar entre, digamos assim, capaz de operar tanto um conceito de puro como de impuro.

Considerações Finais

Quando começamos a refletir sobre a lógica de uso da água nos banheiros, vimos que tal discussão era indissociável de uma reflexão sobre o espaço do banheiro como um todo. Poderíamos dizer, sucintamente, que as pessoas não gastam tanta água quanto deveriam, se observamos um uso normativo e “higiênico” dos banheiros. Sem dúvida, o desperdício de água não é uma atitude cotidiana nos banheiros do campus porque essa não parece ser uma saída eficaz para os usuários: usar mais água não tornaria o ambiente do banheiro melhor, porque não diminuiria a tensão constituinte entre a esfera do público e do individual, assim como entre o sujo e o limpo. Podemos vislumbrar um potencial de colaboração desta população do campus com as metas de uso inteligente da água, se consideramos a diversidade de situações encontradas na pesquisa como ponto de partida para uma política de ação multilinear, que leve em consideração: a localização dos banheiros e o fluxo dos usuários (homens e mulheres); seu uso restrito ou geral; suas condições materiais e sociais de uso (perceptiva e técnica) e manutenção (reparo de peças e reposição de materiais de higiene); as necessidades dos usuários não atendidas por meio dos usos diferenciados que vêm sendo feitos de suas instalações; *a adaptação das soluções técnicas às concepções dos usuários sobre sujeira e limpeza, sobre si e outrem* (nojo, corpo, identidade e integridade); a complexidade do banheiro como domínio público (necessidades privadas, espaços e relações públicas); as relações de desconfiança e potencial de compartilhar responsabilidades da parte dos usuários com relação à administração.

Nesse sentido, buscamos qualificar o espaço do banheiro de forma a produzir um conhecimento embasado nas experiências cotidianas, pois elas foram capazes de nos dar a medida da complexidade envolvida entre nosso sistema de classificação do que significa “descuido”, “descaso”, “desperdício”, entre outros, e aquela observada entre os usuários. Vimos que esses termos, na verdade, representam bem o paradoxo que permeia as relações estabelecidas no espaço público, por meio do qual tentamos manter nosso valor como indivíduos. O banheiro é um caso emblemático por ser, enquanto sua própria definição de existência, um dos lugares privilegiados na qual o “indivíduo moderno” estabeleceu suas bases. Ele só faz sentido porque compreendemos o corpo e seus fluidos como elementos cujo compartilhar é interdito e, por isso, quando levamos esse espaço a um espaço e tempo público, empurramos essas interdições ao limite. O incômodo com os outros, e as mudanças de atitudes e comportamento em torno desse outro ameaçador, parece ser o eixo principal através do qual, segundo o que nossa incursão etnográfica nos permitiu concluir, devem ser planejadas as mudanças de infra-estrutura nos banheiros.

Geralmente, ao aconselhar os usuários a pensar nos outros, como vemos em campanhas educativas, estamos justamente negando essa singularidade e transformando o indivíduo “alvo” no reflexo exato do outro. No caso da água, como não se trata de desperdício, torna-se inútil relacionar os usuários com um uso “solidário” da água, como fechar torneiras, não demorar no acionamento da descarga etc, isto é, pensar na água como um objeto de preservação simplesmente. Mas, o que significa quando dizemos que o foco de nossas orientações ao entrar num banheiro não está nem nos outros e nem na água? Ainda mais se, tanto a água quanto os outros é que são, justamente, as referências centrais que definem critérios de ação?

Primeiro, o discurso da água como bem natural a ser preservado não fazia sentido àquele contexto permeado de fluidos corporais para os quais a água se transformava num meio imperfeito e ambíguo de “purificação”. Nesse sentido, não se tratou de substituir o foco de atenção de um objeto (água) para outro (usuários), mas, antes, de compreendê-la segundo sua propriedade mediadora capaz de interagir e *estar entre*, relacionando a todos enquanto usuários de um banheiro público. Tratou-se, portanto, de desvelar uma dimensão cognitiva através da qual se processam as ambigüidades e ambivalências envolvidas nas formas simbólicas de representação da água. Em segundo lugar, na maior parte das vezes, a água em si não era tão importante quanto seu percurso. Portanto, a água que saía da torneira e molhava o chão não era nunca “a mesma água” que lavava as mãos, uma sendo evitada e motivo de nojo, enquanto a outra, considerada boa para uso. As antíteses, portanto, eram formadas a

partir da experiência com a água no espaço público, e nunca sobre suas propriedades essenciais, embora esta também represente uma dimensão cognitiva importante que precisa ser mais bem estudada. Em nosso caso, fica claro que o estatuto significativo da água estava mais relacionado ao estado da torneira que a conduzia, a maneira como se empossava no chão, entre outros aspectos que detonavam usos diferenciados dos banheiros.

Nesse sentido, é que foi possível estabelecer, para dar um último exemplo, diferenças marcantes entre o ato de lavar-se, atitude positiva e incentivada, e molhar-se, muitas vezes, uma situação vexatória. Considerando apenas essa variação semântica, buscamos uma abordagem sobre a água que nos permita compreender este líquido como um objeto com o qual nos relacionamos de maneira bastante complexa, para o qual nossas pretensões de análise foram no sentido de elaborar e construir em vez de definir. Buscamos precisão, porém, no ponto de articulação entre as metodologias utilizadas e no reconhecimento do valor dos diferentes dados apresentados, para que fosse possível pensar no tema da água sem cair num constrangimento equivocado entre dados técnicos e humanos.

Ainda, a contribuição desejada foi no sentido de ampliar os limites convencionalmente impostos entre diferentes formas de pensamento disciplinar, reorganizando o ponto de partida de nossas reflexões. Durante este percurso, nos deparamos com as novas possibilidades surgidas ao eleger a água como objeto de estudo, seu poder de mobilização, a ambivalência de suas propriedades purificadoras e poluidoras, atuando de forma intermitente como elemento que agrega e isola pessoas, isto é, incidindo diretamente sobre a integridade moral dos sujeitos. Para tanto, o tema da água não poderia ter sido mais significativo pelo caráter “indisciplinado” do próprio objeto de reflexão, que não nos permitiu delimitar fronteiras e fixar critérios estanques para a compreensão das formas de interação entre a água dos banheiros públicos da UnB e seus usuários.

Referências Bibliográficas:

DOUGLAS, M. 1976. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.

DURAND, Jean-Yves. 2003. “A diluição do consenso: a água de “fonte da vida” a “patrimônio coletivo””. *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*. vol. VII, n1. Edição Celta. ISSN 0873-6561.

ELIAS, Norbert. 1994. *O Processo Civilizador I*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FERES JÚNIOR, J. & EISENBERG, J. 2006. “Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança”. *Dados. Revista de Ciências Sociais*. Vol. 49, n. 3. Rio de Janeiro: IUPERJ.

ORING, E. 1979. “From Uretics to Uremics: a contribution toward the ethnography of peeing”. In Klein, N. *Culture cures and contagion: reading for medical social science*. Califórnia: Chander and Sharp Publishers.

OSÓRIO, Patrícia. 1998. “Qual a lógica de ir ao banheiro e não dar descarga?”. *Comportamento e representações sociais no espaço dos banheiros*. Monografia de Graduação, Departamento de Antropologia, 1998.

SÉRIE ANTROPOLOGIA
Últimos títulos publicados

418. BAINES, Stephen Grant. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988. 2008.
419. MACHADO, Lia Zanotta. Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas biológicas, jurídicas e religiosas. 2008.
420. SAUTCHUK, Carlos Emanuel. *Comer a farinha, desmanchar o sal*: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. 2008.
421. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Material, o Simbólico e o Contraintuitivo: Uma trajetória reflexiva. 2008.
422. RIBEIRO, Gustavo Lins. Do Nacional ao Global. Uma Trajetória. 2008.
423. RIBEIRO, Gustavo Lins. Otras globalizaciones. Procesos y agentes alter-nativos transnacionales. 2009.
424. GORDON, Cesar. O valor da beleza: reflexões sobre uma economia estética entre os Xikrin (Mebengokre-Kayapo). 2009.
425. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Concepções de Igualdade e (Des)Igualdades no Brasil (uma proposta de pesquisa). 2009.
426. PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos (versões em português e inglês). 2009.
427. MOURA, Cristina Patriota. Within Walls of Urban Enclosure: Reflections on Women's Projects in Brazil. 2009.
428. DIAS, Cristina e TEIXEIRA, Carla Costa. Uma crítica à noção de desperdício: sobre os usos da água nos banheiros públicos. 2009.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3348-2368

Fone/Fax: (61) 3273-3264/3307-3006

E-mail: dan@unb.br

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: www.unb.br/ics/dan

Série Antropologia has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

ISSN print format: 1980-9859

ISSN electronic format: 1980-9867

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

Série Antropologia Vol. 428, Brasília: DAN/UnB, 2009.